

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

**GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Wilson Lima
Governador

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento
Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarrac
Sobrinho **Pró-Reitor de pesquisa e
pós-graduação**

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Gláucia Maria de Araújo
Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em
Direito Ambiental**

**EQUIDADE:
Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque,
UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Prof^ª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -
UEA

Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Prof^ª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo,
PUCSP
Prof^ª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Prof^ª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau,
UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA

Prof. Dr. Cássio André Borges dos
Santos, UEA

Conselho Editorial

Prof^a. Dr. Lidiane Nascimento Leão,
UFOPA

Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira,
UFPA

Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros
Neto, UFOPA

Prof^a Ma. Roberta Priscila de Araújo
Lima, UEA

Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira
Junior, UEA

Esp. Glenda Martins Monteconrado,
UEA

Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro,
UEA

Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva
Oliveira, UEA

Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar

Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima

Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga

Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar

Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima

Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga

Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro

Camila Jatahy Araujo

Cristiane da Silva Pereira Medeiros

Raphael Nogueira Holanda Gouveia

Daniel Rabelo de Melo

David Henrique Lisboa Santiago

Bruno Jordano da Silva Brito

Eurico Dias Teixeira Neto

Evelton Cezar Bitencourt

Fernanda da Silva Pereira

Giêr Monteiro Memoria

Hélio dos Santos Júnior

Juvenal Cavalcante Portela

Paulo José Barbosa Martins de Abreu

Giêr Monteiro Memória

Henrique Raimundo do Nascimento Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco

Jarneson Barbosa Ferreira Batista

João da Silva Padilha

João Paulo Ribeiro da Silva

Johnattan Martins Pinheiro

José Adelson da Silva Miranda

Leandro Santos Gomes

Lincon de Oliveira Bernarde

Edigley Oliveira da Silva

Marcello Phillippe Aguiar Martins

Marcelo Travessa Guedes

Paulo José Barbosa Martins de Abreu

Paulo José Barbosa Martins de Abreu

Tulio Diego De Almeida Monteiro

Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocência Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila Nascimento
de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico

SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAZONAS

STATE SYSTEM OF CONSERVATION UNITS IN THE AMAZON

Jarneson Barbosa Ferreira Batista¹

Denison Mello Aguiar- Doutor²

Neuton Alves de Lima³

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica possui uma vasta e rica biodiversidade, que não é apenas um tesouro nacional, mas também um patrimônio mundial inestimável. Com uma área de aproximadamente 5,5 milhões de quilômetros quadrados, o bioma é vital para o equilíbrio ambiental global, desempenhando um papel importante na regulação do clima e na manutenção da diversidade genética de inúmeras espécies. A floresta amazônica é frequentemente chamada de “pulmão do mundo” porque sua fotossíntese natural contribui muito para remover dióxido de carbono da atmosfera e liberar oxigênio. Entretanto, apesar de sua importância ecológica, a Amazônia também enfrenta desafios ambientais significativos, como o desmatamento desenfreado que leva à perda de habitat e biodiversidade, incêndios florestais frequentes que destroem grandes extensões de floresta e exploração ilegal de recursos naturais que ameaçam a sustentabilidade da região a longo prazo.

O estado do Amazonas está no centro desse ecossistema complexo e dinâmico e é uma das regiões federais mais biodiversas e ricas em água do Brasil. A região é caracterizada por densas florestas tropicais, uma extensa rede de rios e inúmeros ecossistemas interconectados que abrigam uma grande variedade de espécies. As Unidades de Conservação (UCs) na região amazônica desempenham um papel vital na proteção desses preciosos recursos naturais. Essas áreas são estrategicamente designadas para conservar a biodiversidade e promover o uso

¹ Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá (2021), Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão - jaebfbatista@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/4598614485032227>.

² Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: denisonaguiarx@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>.

³ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: nalima@uea.edu.br: <http://lattes.cnpq.br/5190251318187601>.

⁴ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: fpascarellilopes@icloud.com: <http://lattes.cnpq.br/4123702310408290>.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

sustentável dos recursos naturais, atuando como uma barreira contra a exploração predatória e a degradação ambiental. Essas unidades são vitais não apenas para a conservação da flora e fauna locais, mas também para o bem-estar das comunidades que dependem desses recursos.

A legislação ambiental do estado do Amazonas é um componente importante na proteção dessas áreas, estabelecendo um conjunto de normas e diretrizes que visam garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Esse arcabouço legal desempenha um papel importante no desenvolvimento de políticas públicas que promovam a sustentabilidade e a proteção ambiental em muitos aspectos. Seus princípios de construção buscam equilibrar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico exigido pela população local. As leis estaduais e federais fornecem a base para a operação de áreas protegidas, permitindo que elas sejam gerenciadas de forma a evitar a degradação ambiental e, ao mesmo tempo, promover o uso consciente dos recursos.

Esta pesquisa acadêmica tem como objetivo explorar de forma detalhada e abrangente a estrutura e a eficácia das políticas ambientais implementadas na Amazônia, com foco particular no papel da UC na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Ao analisar essas políticas, o estudo buscou identificar os principais desafios enfrentados pelas unidades de conservação, como restrições de financiamento, falta de infraestrutura e monitoramento deficiente, bem como oportunidades que podem ser exploradas para melhorar a eficácia dessas áreas protegidas. O estudo visa obter insights sobre a dinâmica gerencial da UC e a importância de uma abordagem participativa integrada na formulação de políticas públicas.

Além de identificar desafios e oportunidades, o estudo visa propor estratégias para aumentar a eficácia da UC e promover uma gestão ambiental mais integrada e participativa. Isso inclui incorporar conhecimento tradicional de comunidades locais, aumentar o ecoturismo sustentável e criar modelos de governança colaborativa envolvendo diversas partes interessadas. Essas estratégias são essenciais para garantir que a UC possa continuar desempenhando seu papel essencial na conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades amazônicas, garantindo assim a sustentabilidade da região a longo prazo.

A floresta amazônica é vasta e tem uma ecologia complexa. Não é apenas um dos maiores desafios, mas também uma das maiores oportunidades para a proteção ambiental global. As Unidades de Conservação (UCs) desempenham um papel vital nesse cenário, atuando como protetoras de ecossistemas únicos. Eles não apenas protegem a flora e a fauna,

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

como também preservam o modo de vida de inúmeras comunidades tradicionais que são completamente dependentes dos recursos naturais disponíveis. No entanto, a eficácia dessas áreas protegidas é frequentemente prejudicada por desafios significativos, como recursos financeiros e humanos insuficientes para implementar efetivamente políticas de conservação e falta de infraestrutura necessária para monitoramento e fiscalização eficazes. Além disso, a contínua pressão do desenvolvimento econômico e a demanda pelo desenvolvimento de recursos naturais criaram um dilema entre a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico.

Para mitigar esses desafios, as políticas públicas de gestão ambiental devem ser fortalecidas, enquanto os investimentos em conservação urbana e gestão sustentável devem ser significativamente aumentados. Esse objetivo pode ser alcançado valorizando os serviços ambientais e promovendo atividades econômicas sustentáveis, como o ecoturismo e a agroecologia, que não apenas ajudam a proteger os ecossistemas, mas também fornecem meios de subsistência alternativos e viáveis às comunidades locais. Integrar o conhecimento tradicional e as práticas culturais dos povos indígenas e ribeirinhos na gestão do desenvolvimento urbano é outro fator essencial para o sucesso dessas áreas. Essa abordagem participativa não apenas fortalece a governança ambiental, mas também garante que as estratégias de conservação sejam culturalmente apropriadas e eficazes. Dessa forma, a área protegida pode se tornar um modelo de desenvolvimento sustentável, demonstrando como conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento socioeconômico, garantindo assim um futuro sustentável e próspero para a Amazônia e seus habitantes.

2. JUSTIFICATIVA

A investigação do Sistema de Áreas Protegidas do Estado da Amazônia (SEUC) é crucial dado o papel central que ele desempenha na conservação da região amazônica. O SEUC como marco legal fornece a estrutura necessária para a criação e gestão de unidades de conservação (UCs), que são essenciais para a conservação da biodiversidade da região. A Amazônia possui ricos recursos biológicos que não são apenas vitais para a proteção ambiental local, mas também têm um impacto importante no equilíbrio climático global, regulando os padrões de precipitação e armazenando grandes quantidades de carbono. Portanto, estudar as UC e suas práticas de gestão é crucial para garantir que esses ecossistemas continuem desempenhando suas funções ecológicas e sociais.

Um dos principais objetivos desta análise é entender como as unidades de conservação

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

contribuem para a proteção deste valioso patrimônio natural. As unidades de conservação são projetadas para proteger habitats críticos e espécies ameaçadas de extinção e servir como proteção contra atividades humanas destrutivas, como desmatamento e exploração predatória de recursos naturais. No entanto, a eficácia dessas áreas protegidas é frequentemente prejudicada por desafios de gestão, incluindo recursos financeiros insuficientes, falta de infraestrutura adequada e aplicação inconsistente da lei. Identificar e superar essas barreiras é fundamental para aumentar a resiliência das áreas protegidas e garantir que elas possam atingir seus objetivos de conservação.

Além das questões de conservação, o estudo também se concentrou em explorar o potencial das unidades de conservação no desenvolvimento da bioeconomia e na promoção da inclusão comunitária. A bioeconomia envolve o uso sustentável de recursos biológicos e oferece oportunidades importantes para o desenvolvimento econômico das comunidades locais, criando empregos e melhorando a qualidade de vida sem comprometer a integridade ecológica da área. A UC pode servir como plataforma para implementar iniciativas de bioeconomia, como ecoturismo e agroecologia, que podem não apenas gerar renda, mas também incentivar a conservação dos recursos naturais. Promover o uso sustentável dos recursos e subsidiar políticas públicas eficazes são os principais objetivos desta pesquisa, que visa enriquecer o debate sobre a conservação da Amazônia e apontar caminhos para um futuro mais sustentável.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo principal deste estudo é fornecer uma análise abrangente do Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Amazônia (SEUC), destacando os desafios complexos enfrentados em sua implementação e explorando as perspectivas para a conservação da biodiversidade.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O SEUC é uma estrutura legal e administrativa que orienta a criação, gestão e proteção de UCs no estado e visa coordenar a proteção ambiental com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Este sistema é essencial para garantir que as áreas protegidas sejam efetivamente conservadas e seus recursos sejam utilizados de forma sustentável, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade e o bem-estar das pessoas que dependem desses ecossistemas.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Além disso, o estudo visa explorar como a UC pode atuar como um catalisador para o desenvolvimento socioeconômico em comunidades locais, integrando práticas de conservação com oportunidades de desenvolvimento sustentável. A UC tem o potencial de promover o ecoturismo, a agroecologia e outras atividades econômicas sustentáveis, gerando renda e melhorando a qualidade de vida dos moradores locais. O estudo também busca identificar inovações e novas categorias de UCs implementadas, além de explorar o potencial econômico dessas unidades no contexto da bioeconomia e do ecoturismo. A bioeconomia oferece uma abordagem promissora para o desenvolvimento sustentável, combinando a conservação da biodiversidade com o uso sustentável de recursos biológicos para produzir bens e serviços.

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

Quais são os principais desafios enfrentados pela gestão de áreas protegidas na Amazônia? Como esses desafios afetam a conservação da biodiversidade na região? Como as unidades de conservação equilibram a proteção ambiental com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais? Qual o papel das comunidades locais na gestão dessas áreas protegidas? Como sua participação pode ser expandida para melhorar os resultados da conservação?

A principal premissa deste estudo é que as unidades de conservação na Amazônia enfrentam desafios significativos devido à falta de financiamento, infraestrutura inadequada e falhas na inspeção e monitoramento. No entanto, acredita-se que esses problemas podem ser amenizados por meio do fortalecimento das políticas públicas de gestão ambiental, do aumento dos investimentos e da incorporação dos conhecimentos tradicionais das comunidades locais. Essas estratégias podem promover um equilíbrio eficaz entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico, otimizando assim o potencial bioeconômico das áreas protegidas e melhorando o bem-estar dos moradores locais.

4. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando uma abordagem interdisciplinar que inclui análise de documentos legais, entrevistas com especialistas e gestores ambientais e uma revisão crítica da literatura acadêmica sobre o tema. A análise dos documentos legais envolveu uma revisão detalhada das leis, decretos e regulamentos que regem a criação e gestão de UCs no estado do Amazonas, com o objetivo de compreender o arcabouço legal que embasa as políticas de conservação no estado. Entrevistas com especialistas e gestores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

ambientais fornecem insights valiosos sobre os desafios práticos e oportunidades de implementação dessas políticas, enquanto uma revisão da literatura acadêmica permite situar o estudo dentro do contexto mais amplo da pesquisa sobre conservação e desenvolvimento sustentável.

O estudo também incluiu a coleta e análise de dados secundários fornecidos por agências governamentais e organizações não governamentais da região. Os dados incluem informações sobre a extensão e a classificação das UCs, o status de conservação das áreas protegidas e iniciativas de desenvolvimento sustentável adotadas pelas comunidades locais. Essa abordagem foi escolhida com o objetivo de fornecer uma compreensão abrangente e detalhada das políticas e práticas de conservação implementadas na Amazônia, além de identificar desafios e oportunidades relacionados à gestão de UCs. Ao integrar diferentes fontes de dados e perspectivas, o estudo busca contribuir para o debate sobre conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia, fornecendo uma análise robusta e bem fundamentada das questões em jogo.

5. RESULTADOS

O estado do Amazonas possui 42 unidades de conservação (8 de proteção integral e 34 de uso sustentável), cobrindo aproximadamente 12,13% do território — avanço institucional, porém insuficiente para as necessidades do bioma. Observou-se escassez de recursos financeiros e humanos, o que compromete atividades de manejo, infraestrutura, fiscalização e a participação comunitária. A fiscalização e o monitoramento são deficitários; operações integradas, como a Operação Tamoyotata, demonstram eficácia, mas de forma pontual. O uso de tecnologias (imagens de satélite, drones e sistemas de alerta) amplia a capacidade de vigilância, embora sua aplicação seja desigual entre as unidades. O conhecimento e a participação das comunidades locais constituem recurso estratégico para o manejo sustentável, mas os mecanismos de cogestão e capacitação permanecem limitados. Há potencial para geração de renda por meio de ecoturismo, bioeconomia e pagamento por serviços ambientais, desde que a gestão assegure benefícios locais. Finalmente, lacunas na articulação entre legislação, financiamento e implementação operacional reduzem a efetividade das unidades de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) é instrumento essencial para

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

a conservação no Amazonas, mas sua eficácia exige aprimoramentos institucionais, técnicos e participativos. É necessário garantir financiamento estável e capacitação contínua, com planos de manejo atualizados; implantar fiscalização permanente integrando tecnologia e ações interinstitucionais; formalizar mecanismos de cogestão que assegurem capacitação e benefícios às comunidades; promover iniciativas de bioeconomia e ecoturismo com governança que preserve os valores ecológicos e distribua ganhos; e harmonizar políticas estaduais e federais, além de instrumentos de pagamento por serviços ambientais para sustentar a gestão. Recomenda-se ainda avaliações longitudinais para mensurar os impactos dessas medidas e orientar políticas adaptativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar n.º 53, de 5 de junho de 2007. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC. Diário Oficial do Amazonas.

FAS, **Fundação Amazônia Sustentável.** Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

IPAAM, **Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.** Relatórios de atividades. Disponível em: <https://www.ipaam.am.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SEMA, **Secretaria de Meio Ambiente.** Disponível em: [<https://www.sema.am.gov.br/>](https://www.sema.am.gov.br). Acesso em: 09 fev. 2025.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS: histórico, presente e futuro. 1ª ed. Manaus/AM: Fundação Amazonas Sustentável, 2020.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação, Biodiversidade Amazônica, Gestão Ambiental.

KEY WORDS: Conservation Units, Amazonian Biodiversity, Environmental Management.